

## **Como a Lei de Propriedade Industrial aborda e define a violação de patentes, especialmente no contexto da Engenharia da Computação, e quais são as medidas legais disponíveis para titulares de patentes em caso de violação?**

A Lei de Propriedade Industrial (LPI) é a legislação que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial no Brasil.

A violação de patentes é definida como a produção, uso, venda ou importação de um produto patenteado sem a autorização do titular da patente. A LPI prevê medidas legais para titulares de patentes em caso de violação, como ação judicial para cessar a violação, indenização por danos materiais e morais, entre outras.

No contexto da Engenharia da Computação, a LPI aborda e define a violação de patentes relacionadas à tecnologia da informação, como software e hardware. A LPI também estabelece que as invenções devem ser novas, envolver atividade inventiva e ter aplicação industrial para serem patenteadas.

### **Pergunta 2 - Como a Lei trata a questão da licença compulsória de patentes, e em que circunstâncias um terceiro pode obter essa licença sem o consentimento do titular?**

A licença compulsória de patentes é uma medida que permite ao Poder Público autorizar um terceiro a explorar uma patente sem o consentimento do titular, em casos excepcionais de emergência de saúde pública. Essa medida é, no entanto, temporária.

A obtenção de uma licença compulsória geralmente requer um processo legal que pode variar de país para país. O terceiro interessado deve demonstrar que as circunstâncias justificam a concessão da licença compulsória e que todas as tentativas de negociação com o titular da patente foram ineficazes. Portanto, é aconselhável consultar um advogado especializado em propriedade intelectual ou as leis locais de patentes para entender os detalhes específicos em um determinado país.

### **Fontes**

<https://www.village.com.br/blog/lei-de-propriedade-industrial-o-que-e-direitos-e-obrigacoes/>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/novas-regras-sobre-licenca-compulsoria-de-patentes/1287974943>

[https://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14200.htm](https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14200.htm)